

PAINEL:

**EDUCAÇÃO E MEIOS URBANOS:
O PRESENTE E O FUTURO**

Prof. Doutor Manuel Viegas Abreu

Este painel, conforme consta do programa, tem por tema *Educação e Meios Urbanos - o Presente e o Futuro*. Conta com as intervenções da Dr.^a Cristina Fabião, que é psiquiatra e coordenadora do Projecto Vida da cidade de Braga, além de pertencer à Sociedade de Psicanálise, do Prof. Doutor Pinto Machado, que é professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e que dispensa outras apresentações, personalidade conhecida que é dos cidadãos interessados não apenas pela educação, mas pelas questões de natureza científica e cultural do nosso país. O Dr. José Girão Pereira, ex-Presidente da Câmara Municipal de Aveiro e actual Deputado do Parlamento Europeu, não pôde vir e enviou à Presidente do Conselho Nacional de Educação a sua escusa, comunicando que é substituído nesta mesa redonda pela Dr.^a Maria da Luz Nolasco Pinto, vereadora na Câmara Municipal de Aveiro que tem a seu cargo o pelouro da cultura e da educação. Por último, e os últimos, de acordo com a norma evangélica, são os primeiros, porque a escola fez-se para os estudantes, o Gustavo Gramacho Rozeira, membro do Conselho Nacional de Educação, em representação das associações de estudantes do ensino secundário.

De acordo com o modelo de actuação dos moderadores que me precederam, serei efectivamente também um moderador discreto, porque também acho que os moderadores devem ser moderados. Irei de imediato dar a palavra, pela ordem que está no programa, à Dr.^a Cristina Fabião.

Dr.^a Cristina Fabião

Muito boa tarde.

Inspirou-me uma sequência de palavras impressas no programa deste seminário: meios urbanos enquanto espaços. Pensava já em espaços quando pensava no que aqui poderia dizer hoje, partindo da minha experiência clínica, um dos poucos lugares de onde poderei ter a veledade de falar-vos para alguma coisa dizer.

Talvez, portanto, eu já estivesse pensando em espaços, na natureza dos espaços e na natureza das contiguidades entre eles nos meios urbanos e na mente dos urbanos ou dos humanos. Digamos que nascemos com o desejo do espaço físico ilimitado, espaço só habitado pelo próprio, não partilhado. Só que se trata apenas de um desejo e isto leva uma vida a aprender. Que o espaço de um confina com a existência do outro é uma experiência que, no pressuposto de que o espaço é todo nosso, é sentida como uma intrusão do outro, uma invasão, uma ameaça. Podemos imaginar o agricultor que será tanto mais ávido de terra, de alargar ou não restringir os limites do seu espaço, quanto mais árida seja a sua terra ou quanto mais árida a pressinta.

Assim, o pequeno humano em crescimento que não possa ou não tenha condições nele de se alimentar satisfatoriamente da terra mãe. Alimentar no que respeita ao contacto emocional, igualmente o confinamento do seu espaço, ou melhor, o confinamento a um espaço, tem inicialmente a marca de uma ameaça, de uma dúvida acerca da sobrevivência. Comporta com a capacidade de autonomia para sobreviver, extrair alimento de uma terra-mãe partilhada, e extrair forças de um corpo/mente limitados. Comporta cada um com as capacidades próprias, com o experimentar de quais são elas (quais são as capacidades reais e não as fantasiadas), com a experiência do fracasso e o medo da morte.

É através da passagem por esta “ameaça” que é inicialmente a experiência da existência do outro, que somos remetidos a nós próprios e para a consciência e expansão de um universo que pode ilimitadamente crescer, que não é físico, é mental.

As criações mentais dos humanos têm irremediavelmente algo a ver com a experiência da dor, da experiência dos limites ao espaço, dos limites ao tempo. A existência e a expansão deste universo mental está

dependente desta vivência de que falava acima, limitante, espelhante, que é o reconhecimento do outro.

Freud falava destas realidades há bastante tempo, relacionando a possibilidade da sublimação e o superego, que nestas questões de espaço seria a entidade supostamente chamada a dirimir os conflitos de fronteira dos espaços, portanto relacionando a sublimação e o superego com a existência mesmo da civilização.

Que tem tudo isto a ver com os meios urbanos?

Aí, os espaços entre as pessoas estão hiperconfinados, mas aí existem meios propícios a criar a ilusão de um espaço sem limite para cada um.

Proponho-me referir duas ou três realidades, apenas a título exemplificativo, que podem concorrer para manter esta ilusão:

- 1º - a fugacidade, a rapidez e a parcelarização que pode caracterizar os contactos humanos nas cidades
- 2º - o fenómeno da televisão no quarto de crianças só
- 3º - o consumo como aporte privilegiado de novidade e de valor ao espaço individual.

1 - Quanto ao primeiro ponto, se os contactos com os outros forem suficientemente fugazes, superficiais, feitos numa zona muito restrita da personalidade, transformados em irrelevantes, uma forma falsa de entender a tolerância como forma de fugir à assunção de conflitos de interesses, de rivalidades ou tenções, aí sim não se chegará a ver, a sentir, a pensar onde o outro nos limita, nos confronta, nos recoloca num espaço confinado.

Estas realidades conflituosas evoluem aparentemente de forma “pacífica”, mas numa zona mental pouco acessível à palavra, ao sonho e ao pensamento, se quiserem aquela zona das “paixões” explosivas e inferiores, propícias às soluções sociais de tiranos e fanáticos. A propósito: terá esta falsa tolerância, que mais não é que uma desistência, alguma coisa a ver com a insistente questão da segurança na nossa sociedade?

2 - A TV., objecto desejado (pensemos até noutros objectos de consumo) pode, por exemplo, no meio familiar fazer saltar este verniz da falsa tolerância. Que vemos? Parece-me que muitas vezes, em lugar de se conceber que se pode criar um espaço de negociação dos tempos de cada um para ver televisão, dos interesses de cada um, negociação, discussão, que se possa exercer alguma autoridade, decidir quem vê o quê, em lugar desta oportunidade de aprender, no fundo, existe o seu curto circuito pela colocação da televisão no quarto da crianças, às vezes ligada até às horas que ela própria determina.

Miraculosamente deixa de haver alguns problemas, até que se imponha a necessidade de partilhar outro objecto menos acessível do que uma televisão. Mas entretanto rarefizeram-se os contactos intrafamiliares, cada um está no seu quarto a ver o programa, e uma televisão não é uma pessoa.

A propósito das difíceis condições de exercício de alguma forma de autoridade, seja ela qual seja, confidenciava-me recentemente o responsável de uma ordem religiosa que cada vez se torna mais difícil encontrar quem se disponha a exercer cargos de autoridade no seio dessa instituição.

Parece-me que a exaltação de um narcisismo que entende subsistir na fantasia, sem a necessidade de dar provas na realidade leva hoje a que a dureza de um limite imposto e de um espaço confinado seja de uma violência acrescida para quem está a aprender, que podemos ser todos, afinal.

3 - Para contornar a vivência desta dureza, que é a do crescimento, que é de educar, também, contribui a mitificação da infância e da juventude. Não sei avaliar até que ponto esta mitificação tem a ver com as necessidades de expansão do consumo, mas parece-me que se vende, mais uma vez, gato por lebre, isto é, se vende a ilusão de que se pode aceder ilimitadamente a realidades físicas, a um espaço físico ilimitado, a um número ilimitado de coisas, em detrimento da descoberta de um universo que pode ilimitadamente crescer, que é de outra ordem.

Educar será também ajudar a descobrir este universo mental, o universo da cultura, e orientar a voracidade e exigência iniciais de uma personalidade para o exercício de uma curiosidade intelectual incansável, ao ponto de ter a paciência necessária às grandes descobertas e invenções.

Este passo tão penoso, por vezes violento, limitante na sua aparência inicial, carece, além de uma figura de autoridade, do apelo de um exemplo, de um modelo e de um meio de acolhimento. Este meio de acolhimento, onde progride o fenómeno do crescimento dos mais novos ou dos que podem continuar a aprender, muito mais que a sala de aula e que o espaço da casa, é o espaço mental do outro com quem crescemos. Para educar são precisas mentes disponíveis e pessoas disponíveis.

Talvez aconteça que a autoridade, (concebida como uma função paterna pelo saudoso Dr. João dos Santos), seja tão difícil, suscitando toda uma série de subterfúgios sempre que este meio de acolhimento de que falava, em que o crescimento seja possível, (a função materna do mesmo autor), não se torne disponível. Não é facto que é mais fácil ser verdadeiro e exigente com aqueles a quem sentimos que demos muito?

Existe depois ainda o expandido o mito de que se pode viver sem conflito, de que se pode crescer sem conflito e de que se pode educar sem conflito, o que contribui para intensificar as queixas e protestos de quem se tenha deixado seduzir pelos atractivos deste "paraíso".

Quando o agricultor, a nossa metáfora de início, descobre que existe para ele um invasor do seu espaço, que poderá extrair da sua terra, que soluções encontrar para poder continuar a viver, para poder criar?

Sem o enfrentar do conflito, dos sentimentos de ameaça que ocasiona, sem o confronto com as capacidades próprias, sem esta solidão fundamental, não pode existir lugar para o pensamento e a palavra pessoais. O acto de educar pode também ser concebido como o preparar da mente para a emergência desta palavra pessoal, em comunicação com os espaços mentais dos outros, mas que se reconhecem como separados, o

preparar para a emergência da palavra pessoal, diferente da palavra que apenas reproduz a palavra do outro.

Na verdade, é no contacto significativo com o outro, nas trocas emocionais significativas entre as pessoas, não vistas às fatias (a parte profissional, a parte familiar, eu falo enquanto isto, eu falo enquanto aquilo), que se pode encontrar o único espaço ilimitado a que podemos ter acesso, que é o do crescimento, o de aprender, o espaço da cultura. Concretamente, parece que se precisam de pessoas disponíveis e também de espaços físicos disponíveis ou disponibilidade das pessoas nos espaços físicos. É com base nestes pressupostos que me parece devermos partir para a análise do que sucede nos espaços físicos na cidade.

Destacaria por último, e para terminar, dois tipos de situações. Primeiro, aquelas em que cada um não tem o espaço físico que permita uma separação do espaço dos outros, portanto uma intimidade. Estas situações de promiscuidade em casa, mas também no trabalho, às vezes na escola, geram violência interior, que dificulta o trabalho e as condições de diálogo educativo, se me é permitido o que soa a pleonasma, que se estavam preconizando anteriormente.

Segundo, as situações em que foram construídos espaços físicos para ocupação colectiva para actividades lúdicas, etc., e que num ápice se deterioram, esvaziam, são vandalizados e destruídos. Aí, aonde havia o espaço físico, parecem ter faltado as pessoas disponíveis e os projectos para o tornar habitável.

Pergunto-me, aliás seguindo a reflexão de alguns estudiosos de fenómenos de delinquência juvenil, se os actos de vandalismo que tanto nos chocam não traduzem a violência que acompanha a desilusão que esse espaço vazio, inabitado, ocasiona.

As mentes vazias resultantes daqueles contactos fugazes irrelevantes, "tolerantes" a que aludimos no início ressentem-se mais do que tudo da ausência de contacto com as pessoas. Muitas vezes as alterações do comportamento juvenil são uma forma de manter um contacto forte "real" com o educador ou, na falta de outros, com o polícia. Esta situa-

ção é tanto mais presente quanto o mundo mental do sujeito se encontra despovoado de instrumentos elaborados, próprios para pensar, para imaginar, e por aí, de alguma forma, conter as emoções violentas.

O reverso desta situação está patente naquelas espécies de milagre que, às vezes, nos surpreendem em certas escolas ou outras instituições, que, de espaços físicos exíguos e em más condições, erguem uma qualidade de contactos e mantêm uma série de vínculos com jovens que até aí andavam nas margens deles, fossem familiares, escolares ou outros. Trata-se, mais uma vez, da importância das pessoas.

Por último, a propósito do que fica dito sobre a necessidade de dar espaço à discussão dos conflitos na educação, uma das questões que gostaria de deixar para eventual debate é a da relação da inexistência dessa discussão ou da sua fragilidade com a evolução da vivência democrática e do aprofundamento desta vivência na nossa sociedade.

Muito obrigada.

Gustavo Gramaxo Rozeira

Eu começava, em primeiro lugar, por dar os parabéns à organização deste seminário, que tem até ao momento decorrido muito bem e estou certo de que decorrerá até ao fim muito bem e, em segundo lugar, gostava de agradecer à Sr.^a Prof.^a. Teresa Ambrósio e à Dr.^a Celeste Patrocínio pelo convite que me fizeram para aqui participar hoje.

Também de uma forma telegráfica, na medida do possível, focarei um pouco o que já foi sendo referido hoje em relação à inquestionável ligação que há entre os fenómenos da sociedade, e o que depois se repercute em termos de educação.

Nas últimas décadas, em termos de meios urbanos no nosso país, temos verificado um crescimento galopante da pressão urbanística e propria-

mente da massificação e despersonalização/desumanização da cidade, do quotidiano da cidade. A própria desertificação rural é mesmo melhor exemplo deste crescimento muito significativo, com a concentração de várias minorias étnicas, sociais e económicas nos centros urbanos, gerando a sua difícil integração os fenómenos de exclusão social que são de todos conhecidos e que cada vez mais infelizmente se nos deparam, embora sempre se insista no seu combate. Com isto nos deparamos no dia-a-dia, assim como com uma dificuldade grande de resposta por parte da sociedade civil e do próprio Estado em relação a todos estes fenómenos.

Esta situação tem um paralelo ao nível da escola. Também esta, nas últimas décadas, sentiu um crescimento gigantesco – a massificação, o crescimento quantitativo (muitas vezes, em detrimento do crescimento qualitativo), etc. Se podemos afirmar que na cidade se sacrifica um pouco a qualidade de vida, podemos dizer que na escola urbana se sacrifica a qualidade em favor do crescimento quantitativo. Bom exemplo disso mesmo é a desumanização das macro-escolas dos grandes centros urbanos, como Lisboa e Porto, com 10 mil alunos, centenas de professores e onde absolutamente impossível haver uma articulação entre professores e alunos, uma boa gestão de recursos, uma visão de escola comunidade, etc. Nestes cenários, é irrealista falar-se em educação para a integração.

A escola urbana deve ser encarada como uma confluência de culturas, de vivências, de minorias, muito bem, mas se não se souber gerir e lidar com estes fenómenos, muitas vezes pode-se desvirtuar e criar a tal guetização de que aqui se falou. Essa tentação existe de facto numa escola grande, com tanta confluência. Essa escola é potenciadora da exclusão social e, como dizia o Sr. Prof. Augusto Santos Silva, a escola pública muitas vezes é a escola menos pública, havendo a tentação na escola central, de um certo meio económico-social mais elevado se elitizar e se fechar em relação à comunidade, em relação às minorias, em relação a esta integração que se pretende. A sociedade, a comunidade escolar e a administração educativa têm tido uma grande dificuldade em lidar com

estes fenómenos da exclusão social dentro da escola, com estes fenómenos da integração e da guetização.

Da mesma forma que na sociedade vamos identificando o dismantlar das tradições culturais, o fim do modelo clássico de família (p.ex. com as famílias monoparentais), o abandono de muitas referências sociais e culturais e de valores ditos “tradicionais”, verifica-se também o fim de um modelo clássico de escola; da escola da reguada – embora haja quem o queira recuperar! Foi um modelo que caiu por completo, mas que teve de atravessar por uma fase de transição, que é uma fase difícil e que ainda percorremos. Uma transição em que tanto a imagem como a própria qualidade do corpo docente saíram prejudicadas e em que se faz sentir de forma acentuada a falta de recursos educativos – as bibliotecas que não existem ou que são pouco funcionais ou os recursos multimédia absolutamente inexistentes. Não faz sentido algum que, na década de 90, à beira do ano 2000, uma escola não tenha computadores para dispençar aos seus alunos ou mesmo que uma escola não esteja ligada à Internet.

O falhanço dos modelos de apoio educativo aos alunos é também um ponto muito grave. Aproveitava agora para fazer um pequeno parêntesis para fazer uma referência breve aos “currículos alternativos”. Julgo que o capital humano, e não só, a ser investidos nos “currículos alternativos” seria muito melhor aplicado na melhoria da eficácia e alcance dos apoios educativos: as aulas extra de apoio a alunos com dificuldades. A instituição de “currículos alternativos” e de turmas especiais só irão estigmatizar e marginalizar – no fundo, alargar o fosso de separação – aqueles que precisam de ser integrados e que estão em sério risco de exclusão e de abandono escolar. É, pois, absolutamente prioritário dedicar uma muito maior atenção ao apoio educativo, que, todos sabemos, tem sido uma modalidade muito pouco desenvolvida.

Fundamental é também a interiorização pela escola da noção de comunidade escolar, ou seja, a corresponsabilização dos vários parceiros educativos na gestão da escola e na vida escolar. A ligação à comunidade que vai desde a intervenção das autarquias no dia-a-dia da escola à cha-

mada dos parceiros económicos, sociais e culturais (a fundação local, a associação industrial e comercial, o museu, o pelouro cultural da câmara, etc.) a participar nas actividades da escola e a assumirem o seu papel de membros da comunidade escolar. Essa importantíssima noção – a da comunidade escolar – é tentada de uma forma muito secundária pelo novo modelo de gestão dos estabelecimentos de ensino, que está ainda em discussão pública e longe de vir a ser implantado. No entanto, este modelo é de facto um excelente ponto de partida para um forte relacionamento entre a escola e a comunidade e para uma verdadeira interiorização da noção de comunidade escolar.

Também na sociedade se verifica a noção da competição crescente, o desemprego, o drama do desemprego qualificado, e isso tem o seu equivalente dentro da escola. A ideia de competição é muito patente na noção que temos agora no sistema educativo não-superior, inteiramente vocacionado que está para o acesso ao ensino superior, ou seja, o aluno padrão, com o perfil tipo, homogéneo, é criado e ensinado e vive na escola para responder àquela pergunta do exame nacional para ser um aluno igual ao aluno do resto do país, o aluno claramente um clone do resto dos seus colegas alunos. É a ideia de que tudo deve funcionar em função do acesso ao ensino superior, o ensino secundário como uma antecâmara, um bastidor do acesso ao ensino superior e nada mais. O ensino básico, por tabela, também assim funciona.

Tal acarreta que não haja o investimento devido no ensino profissional – que devia ser aprioridade das prioridades no nosso sistema educativo – e que é, infelizmente, algo ainda muito incipiente e pouco generalizado. O ensino profissional e os cursos tecnológicos do ensino regular são fundamentais para combater esta noção de ensino secundário estritamente vocacionado para o acesso ao ensino superior e para evitar a tendência de crescimento do desemprego juvenil. O ensino profissional, que devia ser a grande aposta, tem sido – infelizmente – relegado para um injusto segundo plano.

Se não poderem sentir na escola a sua segunda casa. Pegando ainda em algo já aqui referido, a insegurança, e retirando-a do seu contexto inse-

gurança física, passaria à insegurança normativa do nosso sistema educativo. Todos os anos mudam as regras da avaliação, as regras do acesso ao ensino superior, as regras da carreira docente, todos os anos muda a regra do funcionamento da escola, todos os anos sai um regulamento e é revogado outro, todos os anos se continua permanentemente a alterar coisas que são estruturais ou que o deviam ser e não o são. Todos os anos se mudam os currículos, os programas. Concluimos agora a experiência da reforma, já se está a alterar novamente os programas, enfim... É uma instabilidade estrutural no nosso sistema educativo e que não ajuda de forma absolutamente nenhuma ao sucesso escolar, à educação da qualidade, à educação que todos queremos.

Mas - e para concluir - a segurança física é também um grande problema dos nossos dias. Não se concebe que numa escola não haja segurança, tanto para os alunos como para os professores. Enfim, isto é senso comum. Porém, muitas vezes, é a própria escola a minar a segurança.; a própria escola é um centro de dessiminação do tráfico da droga. É inconcebível que situações destas possam existir. Muitas vezes não são só os alunos que são alvo da insegurança, mas os próprios professores não se sentem seguros nas suas escolas (ou seja, no seu local de trabalho). É muito difícil que a escola funcione como um elemento de socialização, de integração social e de combate à exclusão se os alunos não poderem ir e vir da escola em segurança e não poderem estar na escola em segurança.

São os pontos mais fulcrais da questão "Meios urbanos e educação". Ficava-me por aqui, para não tomar mais tempo.

Prof. Doutor Pinto Machado

I

Começo por cumprimentar os membros da mesa e todos os participantes neste seminário e, na pessoa da Sr.^a Dr.^a Celeste Patrocínio, que mo transmitiu, agradecer o convite do Conselho Nacional de Educação para ser orador neste painel.

Mesmo que me esforçasse em convencer-me, que não é o caso, de que não sou uma pessoa idosa, a anatomia do meu corpo e a fisiologia dela decorrente ditar-me-iam continuamente a verdade, quantas vezes bem dolorosamente. Refiro-me às dores propriamente ditas, as físicas, sobretudo nas articulações.

Sou, de facto, idoso, o que tem algumas vantagens sociais, por exemplo, os passes de terceira idade, e é-se merecedor de certas deferências pessoais, de que me convém referir agora e aqui a benevolência para com as desobediências, tidas como se fossem de criança. Não estão eles, os idosos, na segunda meninice?

Ora, vou cometer a falta premeditada de não tratar estritamente o tema da sessão sobre o qual aceitei falar. Agrava a minha culpa o facto de o meu compromisso ter sido para com o Conselho Nacional de Educação, de tão alta dignidade institucional e com obra merecedora do maior apreço. De tanta culpa eu pecador me confesso e apelo para a benevolência do Conselho e de todos aqui presentes, que muito considero. Mas, no fundo, se neste painel "Educação e Meios Urbanos - o Presente e o Futuro", se puserem entre parêntesis os meios urbanos, "A Educação, o Presente e o Futuro" cabe perfeitamente naquilo que vou dizer.

A este meu pedido confiante junto, como justificação, que não se trata de extravagância, por capricho, caturrice ou o que quer que seja, mas sim de manifestação irreprímível de ímpeto imperioso de, precisamente pelo respeito e importância que me merecem promotor e participantes, dizer duas ou três coisas muito simples, mas que considero nucleares, a respeito da educação e do sistema educativo. Não é nada de novo nem

de transcendente, não são pretensas soluções para problemas nem receitas para males; são apenas algumas reflexões sensatas, assim o julgo, predominantemente na forma de questionamentos sobre educação e o sistema que temos ao seu serviço. Reflexões e questionamentos, talvez melhor reflexões-questionamentos, que continuamente faço a mim próprio e a respeito de mim próprio enquanto professor e que me levam à perturbadora e interpeladora noção, e enquanto interpeladora, sedutora, de que apesar da melhor boa vontade provavelmente tenho andado a fazer muito pouca coisa de jeito.

Como hei-de definir o sentido que me animou ao escrever estas palavras, e que mais me anima agora ao pronunciá-las? Um grito, é o que me parece melhor, um grito de alarme, de apelo, urgente; e talvez no princípio, no decurso e no termo desta minha intervenção, como das que venho fazendo nos últimos anos acerca de problemas educativos em geral, esta convicção profunda de que as grandes mensagens, como alguém já disse noutra contexto, já foram proclamadas, o que falta é cumpri-las.

II

A primeira coisa muito simples que quero dizer é a primeira porque - está na origem é que a condição necessária para que haja respostas certas é que se formulem as questões certas, as questões genéticas, (ir aos genes, como costume dizer). Urge que Sócrates seja visitado. Assim, e quanto à educação, eis:

Educação, que é? Valor, que é? Educação, que vale?

Longe de mim a pretensão de responder a estas três questões; mais que o tempo escasseia-me a competência, que é quase de grau zero relativamente à do auditório onde se encontram tantas autoridades na matéria. O meu objectivo ao enunciar aquelas interrogações é, partindo do princípio de que as respostas certas existem e são conhecidas, lançar para reflexão o seguinte questionamento:

O núcleo essencial do que a educação é tem estado devidamente presente como referência de facto estruturante do planeamento, programação, efectivação e avaliação da educação no âmbito do sistema educativo? O que é instrumental não é vezes de mais assumido com excesso de protagonismo, como sujeito e fim e não como objecto e meio? Na prática educativa não estará a acontecer o que vem sucedendo na prática médica com o aparecimento contínuo de novas especialidades e de novas subespecialidades destas, em sucessivas ramificações cada vez mais sub-sub, em que cada uma se desliga do tronco matricial e se constitui, ela mesma, em plantazinha?

Cada educando concreto, sujeito e autor da tarefa pessoal e intransmissível de se educar a si mesmo, não estará a ser secundarizado e, até, relegado para o papel de animal de experiência? E como o doente, que o é no seu todo, e não encontra médico que o entenda assim, não estará também o aluno a ser considerado como somatório de partes que afinal em si mesmas nem sequer existem, não passam de realidade inventada? Ao querer-se o céu e a terra – refiro-me à lista interminável de objectivos educacionais e de conhecimentos a adquirir – não se estará a cair num inferno?

Senão, vejamos:

Pois não é verdade que a curiosidade científica e filosófica (os terríveis “porquês”) e a imaginação criadora (que capacidade espantosa de investigação tecnológica no domínio das actividades lúdicas!) tão precoces e marcadas nas crianças, vão definhando até à quase extinção ao longo do seu percurso no “sistema educativo” por falta do oxigénio da liberdade e do alimento do estímulo e da oportunidade?

Pois não é verdade que à necessidade vital, para se crescer e ser feliz, da descoberta e desenvolvimento da personalidade rigorosamente singular, o sistema responde com total uniformidade de processos, como se todos fossem clones de um padrão?

Pois não é verdade que estes mesmos males também desincentivam, desmotivam e anquilosam os professores, que passam de “facilitadores”

(os que ajudam) do *aprender a ser* de cada educando a burocratas que transmitem o que a administração manda e a seu tempo verificam se as ordens foram retidas?

Pois não é verdade que, por isto e muito mais – mas isto é bastante – a escola é tanto para alunos como para professores uma “chatice” (o calão é para enfatizar) e até um calvário, ou até mesmo um inferno?

Tudo isto e ponderado - como escrevia nos seus despachos o meu querido amigo Dr. Alípio Dias, Secretário de Estado do Orçamento, quando eu o era do Ensino Superior, ao fundamentar a sua recusa a autorizações que solicitava ao Ministério das Finanças - o nosso sistema educativo, afinal, o que é? A que leva? O que vale?

A minha vontade era ser muito duro e certamente exagerado, pois quando as coisas vitais se apresentam tão mal, às vezes é preciso ser-se assim para que a sua gravidade não seja subestimada. Assustar o doente que teima em não se considerar tal ou em não reconhecer a perigosidade do seu estado é, não raras vezes, por onde deve começar a terapêutica.

Embora sem usar palavras apocalípticas, que não são de esperar de um governante, o Senhor Ministro da Educação foi muito claro a este respeito. Até falou de doença e se comparou a si mesmo ao médico. Disse o Prof. Marçal Grilo: *o sistema educativo está muito doente. Tal como o médico, não posso enganar as famílias nem branquear esta realidade. O meu objectivo é acordar a sociedade, e garanto que não sou eu quem pode resolver o problema sozinho.* Retiro estas palavras do "Expresso" de 20 de Julho de 1996, pág.28. São palavras corajosas e lúcidas, que aplaudo com entusiasmo, emoção, gratidão e esperança.

O Senhor Ministro não se limita a reconhecer que o sistema educativo está doente, afirma que ele está "muito doente". Quando o médico qualifica assim o estado de doença, está a exprimir que ele é grave. Portanto aí temos: o sistema educativo está gravemente doente. As quatro interrogações/afirmações que acima formulei bastam como justificação do meu acordo.

Uma pessoa está gravemente doente quando há perturbações tais no funcionamento do seu organismo que a sua vida corre perigo. Das características do corpo humano em estado de saúde sobressaem nomeadamente as seguintes:

- *Diferenciação*: diversidade de estruturas e, portanto, de funções.
- *Eficiência*: perfeita adequação da estrutura à função e da função ao fim em vista, com economia máxima de massa e energia.
- *Cooperação*: íntima interrelação das partes, do nível celular aos grandes sistemas, que mutuamente se interinfluenciam em ordem a obterem-se, por parte de cada uma, as respostas adequadas às necessidades do organismo no seu todo.
- *Adaptabilidade*: resposta imediata e adequada às mudanças que ocorrem no meio ambiente de modo a prevenir consequências nocivas para o organismo (a resposta pode ser até de suspensão da actividade do que não é vital para permitir o funcionamento do que o é).
- Finalmente, *coordenação*: perfeita regulação das actividades das partes para que a cooperação e a adaptabilidade sejam possíveis; coordenação rigorosamente organizada segundo o princípio da subsidiariedade – do nível local, celular, ao nível superior, cerebral – sendo cada nível de decisão insubstituível por qualquer outro.

Salvaguardando o absoluto que é o indivíduo – pessoa (mas não esquecendo que a pessoa é em relação com as pessoas, só existe na medida em que existe para os outros como bem disse Emmanuel Mesnier), quão fecundo seria este paradigma na concepção do corpo social e dos sistemas em que se organiza – por exemplo, o sistema educativo.

Quanto a este, se atentarmos em que nele impera a *massificação* em vez da diferenciação, a *inoperância* (*vide* iliteracia, resultados dos exames globais do 12º ano) em vez da eficiência, o *individualismo* (salve-se quem puder!) em vez da cooperação, a *rigidez* em vez da adaptação à mudança, o *centralismo* de cúpula da decisão em vez da regulação em níveis hierar-

quizados segundo o princípio da subsidiariedade, se tivermos em conta tudo isto, reconheceremos sem dificuldade, tal como o Senhor Ministro da Educação, que “o sistema educativo está muito doente”.

III

Na floresta muito doente que é o sistema educativo há árvores cheias de vida e há árvores que, embora estioladas, têm alguns ramos viçosos. Umhas e outros, em muito maior número do que seria de esperar, dadas as circunstâncias e apesar delas. Milagre, neste Portugal que já de si é um milagre!

Essas árvores e esses ramos estão lá, existem, persistem, encontra-as, e encontra-os quem percorre a floresta iluminado pela luz da sabedoria, animado pela força da expectativa, perscrutando pelo olhar extra-lúcido do amor.

Essas árvores sãs e esses ramos viçosos em árvores malsãs constituem o último reduto de vida e o primeiro obreiro da regeneração.

Essas árvores e esses ramos são as pessoas que nada nem ninguém faz vergar e muito menos quebrar; pessoas que, apesar de tudo e contra tudo, perseveram. São os professores possuídos pela paixão de o ser, de serem agentes da missão por excelência de ajudarem as crianças e os jovens a descobrirem quem são e a quererem sê-lo. Eles são, cumprem, cumprem-se no anonimato, apesar do anonimato. Eles estão por aí, por todo o país, não haverá escola que não tenha pelo menos um e haverá as que têm muitos e até algumas que os têm assim quase todos. Ainda hoje ouvimos, há pouco, testemunhos eloquentes a este respeito.

Senhor Ministro da Educação, reconheça-os, ouça-os, confie neles, dê-lhes liberdade criadora e alguns recursos, que quanto a responsabilidade já eles deram provas de sobejo!

O sistema educativo não é educativo graças a leis (a nossa Lei de Bases é estupenda) e regulamentos (superabundam). É-o, sim, pela vida que

anima as suas escolas, do que o animador por excelência é o professor. É a partir de cada um deles, na sua escola, que a revolução educativa há-de desenvolver-se em Portugal. Parafrazeando Michel Quoist, *cada professor, na sua escola, é a nota, a palavra, a pedra, a gota de água, o grão de trigo, de onde resultará a música, o livro, a construção, o rio, a seara.*

O que de muito bom e até de excelente se faz aqui e ali, mesmo nas condições mais adversas, não pode ficar por lá escondido. Desde logo por uma questão ética: quem esgota até à última gota, até à última migalha, a capacidade do possível tem uma autoridade impar que lhe dá o direito a que a sua obra seja conhecida, reconhecida e agradecida. Mas essa informação deve também ser difundida para uma questão de conveniência estratégica, no sentido de servir de exemplo e estímulo para, à maneira de enzima, levedar a massa ou, usando outra imagem, actuar como foco infeccioso a transmitir a infecção (abençoada infecção!) a todo o sistema.

Na difusão desta informação no interior do sistema educativo, o papel fundamental cabe ao Ministério da Educação especialmente pelas suas delegações regionais. Mas também a comunidade, do nível local ao nacional, precisa de saber estas grandes boas notícias, o que compete à comunicação social (infelizmente desinteressada – quem começa) a qual pode e deve ser agente precioso de mobilização de todos os portugueses, individualmente e pelos corpos sociais intermédios em que se integram, para que a educação seja o que deve ser: *aprender a ser e, enquanto tal, integral, personalizada, social, interior, ética e permanente.*

O terreno da educação deve ser declarado “cidade aberta”, em que, por acordo livre, consciente e responsável, não se lançam bombas ao serviço de interesses estritamente particulares: político-partidários, sindicais, comerciais, familiares, individuais.

Que ninguém se iluda! “A situação actual é tão grave” (chamo agora à colação o Reitor da Universidade do Porto, Prof. Alberto Amaral, num artigo publicado no “Público” de 7 de Julho de 1996, pag.19) que, no domínio da educação Portugal é, em rigorosa verdade, *uma nação em*

perigo (título de um relatório de 1994, sobre a situação da educação nos Estados Unidos). Que se diria se face a um incêndio de proporções gigantescas, em vez da população unir esforços para o apagar, as pessoas passassem o tempo a discutir de quem era a culpa e outras questões supérfluas, se calhar havendo até quem fosse planeando lucros com a madeira queimada, isto enquanto alguns iam tentando debelar as chamas... com baldes de água!

Entra, assim, em cena, o “Pacto Educativo”, e volto ao Reitor da Universidade do Porto: “é uma ideia excelente do Ministro Marçal Grilo, mas pode ser desbaratada por não ter sido compreendida ou por ao documento faltar a chama do entusiasmo ou a atracção de uma visão ou de um sonho que mobilize a sociedade como o célebre grito de Martin Luther King *"I had a dream!"* E a propósito do *"I had a dream"*, eu tive e tenho um sonho, que um dia há-de ser realidade: que os professores e os alunos, relativamente à sua escola, possam dizer *“que bom que é estar aqui”!* .

Muito obrigado.

Dr.ª Maria da Luz Nolasco Cardoso

Muito boa tarde a todos aqui presentes. Muito obrigada à organização, à Sr.ª Prof.ª Doutora Maria Teresa Ambrósio pela oportunidade que aqui é dada às autarquias de serem ouvidas no seu papel de parceiros e também de agentes educativos que o são na contemporaneidade.

Assim, integrado no painel "Educação e Meios Urbanos", o papel que aqui apresento de forma sucinta e mais ou menos teórica assenta mais especificamente sobre o presente e o futuro da educação no seio das comunidades ou das populações locais face ao papel das suas autarquias.

Sou uma autarca responsável pelas áreas de trabalho da educação, da cultura e da acção e habitação social em Aveiro e nesse papel as reflexões são sempre imensas e constantes. Há dias, ao debruçar-me sobre um livro recentemente editado, a sua autora e minha grande amiga, aqui presente, Maria Augusta de Sousa, dizia: *"Cada época tem a sua educação e a educação mais ajustada a cada época passa necessariamente por conflitos e modificações, acompanhando a evolução social"*. Ao reflectir sobre esta afirmação, não podíamos deixar de acrescentar que verificamos muitas vezes que a educação não acompanha as necessidades das comunidades, das populações, a que não são alheios quer os pressupostos culturais, quer os ideológicos, quer as estruturas educacionais. Nada nesta vida é inocente, nem os próprios objectos, que antes de o serem têm uma mão humana a criá-los.

Contudo, a dinâmica da mudança social obriga o indivíduo a estar apto a acompanhá-la. Esse acompanhamento exige uma norma-reestruturação atingindo todas as actividades. Em tal reestruturação a educação que está patente na escola e fora dela, que visa os alunos mas também os professores e a população em geral será necessariamente visada. Todos sabemos que para o desenvolvimento das populações a comunicação e a informação são vitais e é importante que elas se façam simultaneamente no seio das famílias, na escola e na comunidade, e que os cidadãos sejam intervenientes e responsáveis na vida quotidiana.

Segundo a lei de bases do sistema educativo no seu artigo 7º, a escola deve proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, devendo proporcionar também a aquisição de atitudes autónomas visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida quotidiana. Para se alcançarem estes objectivos, o papel da escola é importante, mas não é o único, já que a vida existe também na escola, mas não começa apenas depois dela.

Conscientes de que a autarquia é um importante e responsável parceiro educativo, propomo-nos através do sector da educação - e falo como

autarca da minha própria autarquia - desenvolver a vertente sócio-pedagógica de acção autárquica, para que a rentabilidade e a utilização de tudo o que fizemos e continuaremos a fazer a nível do parque escolar seja uma realidade integrada e cumpra inteiramente os objectivos para que foi criado. Criar condições de aprendizagem que coloquem os alunos em situação de actividade intelectual é tarefa de todos os parceiros educativos.

Uma boa comunicação entre esses parceiros, pela reflexão que exige, pela análise que permite e pelas repercussões que produz poderá constituir um bom veículo para melhorar os objectivos qualitativos dessa mesma comunidade. Assim, além da conservação e melhoramento do parque escolar, incluímos no nosso plano de actividades a concretização do projecto Autarquia-Parceiro Educativo, através do qual nos propomos, de acordo com os meios disponíveis da autarquia, apoiar projectos integrados nos projectos educativos das escolas e que respondam a temas tais como: a vida cultural local, a comunicação, a qualidade de vida, a fim de podermos em conjunto e integradamente dar resposta às necessidades prementes das populações. Há também uma grande articulação, talvez pelo facto de eu ter acumuladas estas áreas de trabalho, entre as áreas da cultura, acção social e educação.

E porque pensamos que os trabalhos desenvolvidos devem assumir-se como verdadeiro recurso educativo da comunidade, gostaríamos ainda de criar um jornal concelhio de informação educativa, paralelamente a um concurso de jornais escolares, porque sabemos da existência destes em quase todas as escolas.

Isto são, por isso, projectos que estamos neste momento a reavaliar e a lançar no ano de 1997.

Mas a educação também alcançará novas dimensões através de uma reflexão e de um debruçar conjunto dos agentes educativos a nível das ciências da educação, cientes de que é necessário reforçar uma reflexão centrada nas escolas, consolidando, diversificando e divulgando investigação em educação - isto é uma palavra não muito comum nos planos de actividades das autarquias -, o que certamente contribuirá para a

consolidação e reforço da educação básica no concelho. A Câmara Municipal de Aveiro, como parceiro educativo que é, responsável também através do seu sector de educação, propõe-se assim criar um observatório de ciências da educação em parceria com estruturas regionais e locais da educação e algumas instituições de ensino superior. Pensamos também pedir apoio ao Instituto de Inovação Educacional, organismo que ainda temos que contactar.

Esse observatório tem previstas actividades tais como encontros específicos para troca de experiências a nível do pré-escolar e do 1º ciclo, colóquios que permitam a divulgação de alguma investigação em educação feita em Portugal, apoio a projectos de investigação que surjam das próprias escolas e/ou da comunidade educativa, incluindo nesta última, como referiu o Gustavo, e muito bem, as parcerias bem audíveis dos museus, dos seus sectores educativos e de outros departamentos, da própria autarquia também, para além de IPSS, de instituições de cariz social e humana, etc.

Um pensar mais profundo sobre o passado, procurando fundamentar realidades actuais e perspectivá-las no futuro é, por isso, uma tarefa nada fácil, mas que não deve ser descurada, já que pode contribuir para que os agentes educativos aprendam a decifrar códigos, a interpretar situações e a perceber condutas que permitam com fundamentação científica encontrar soluções para uma escola ajustada às necessidades das populações em que está inserida. Cada caso é um em si mesmo, não são todos iguais.

Uma situação educativa é algo de muito complexo, pois é fruto da interacção dos diferentes intervenientes e dos seus respectivos universos. Daí a importância da participação activa das populações nas realizações sócio-culturais. Nesta vertente lançaremos, em parceria com a Comissão Nacional dos Descobrimentos, um projecto cultural histórico ligado à realidade da cidade de Aveiro, envolvendo toda a população.

Antes de terminar esta minha síntese, gostaria apenas de enunciar um breve inventário do parque escolar em Aveiro, que é constituído por 44 escolas do 1º ciclo do ensino básico, havendo 18 do pré-escolar, 3 de

telescola, para além do nosso ensino recorrente extra-escolar. Há 10 escolas do 2º e 3º ciclo e prevê-se a curto prazo ainda a construção de mais 2 escolas integradas, para Eixa e Sta. Joana, para um total de aproximadamente 9 mil alunos.

Para finalizar, gostaríamos de, todos juntos, perspectivar uma melhor educação para os nossos jovens, pudessem ver eles realizados amanhã aqueles que são os seus sonhos de hoje.

Muito obrigada.

Prof. Doutor Manuel Viegas Abreu

Se olhar ao tempo despendido, não há dúvida nenhuma de que esta mesa correu bem e recuperou algum do atraso que se estava a verificar.

Permitam-me que, antes de abrir o debate, tendo sido de alguma forma interpelado no meu “espaço interior”, intrapsíquico por algumas posições expostas anteriormente, o inicie para sublinhar a consciência muito clara de que a dimensão dos problemas que este painel pretendia analisar é de tal ordem que se torna extremamente difícil chegarmos a uma síntese. Não o vou fazer, de modo nenhum.

De qualquer forma, creio que a pluralidade de perspectivas que a doença do sistema educativo requer tanto para o seu diagnóstico, como para o lançamento de algumas vias que possibilitem ao sistema a saída desta situação dramática em que se encontra, exige de todos nós um grande esforço de reflexão.

Fiquei profundamente tocado com os testemunhos da parte de responsáveis pelas autarquias, ultimamente confirmados pela necessidade que esses responsáveis pelos pelouros da educação sentem de não apenas em olhar sem efeito pelos espaços físicos, equipamentos e sua melhoria,

mas também de reflectirem acerca dos processos que ocorrem no espaço microscópico da sala de aula.

A iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro de criar um Observatório capaz de potenciar essa reflexão parece-me particularmente sintomático de que nós precisamos, para sair desta situação, de reflectir, de pensar, de trave provavelmente uma ânsia de legislação por vezes justificada, para podermos de facto lançar a inadiável tarefa de avaliar profundamente o que é que aconteceu e o que é que está a acontecer.

É exactamente um pequeno contributo nesse sentido que gostaria de deixar aqui, a título de testemunho. Creio que aquilo que se está a passar no sistema educativo é algo preocupante. O Senhor Ministro da Educação, como foi referido há pouco pelo Prof. Pinto Machado, disse que o sistema está doente, gravemente doente. Temos que identificar onde reside efectivamente a raiz da doença. Julgo que uma das vias para a identificar está exactamente no confronto entre aquilo que são os objectivos que a lei de bases do sistema educativo propõe e aquilo que é a prática pedagógica corrente e dominante no espaço microscópico da sala de aula. O que é que efectivamente ocorre?

Verificamos que o professor e os alunos, uma vez que os programas são extensíssimos, iniciam uma corrida veloz para que o programa seja cumprido, para que haja matéria dada para que os professores, ao fim de um mês do início das aulas, tenham “matéria” com que fazer um ponto escrito, para haver no final de cada período uma avaliação quantitativa que é afixada obrigatoriamente. No fim há provas globais e exames. Verificamos que os alunos se dedicam ao estudo e ao trabalho não tanto para ficarem a saber mas para se prepararem para esses testes. Os professores ensinam para cumprirem os programas e poderem fazer testes e exames e os alunos estudam para obterem notas positivas nos testes e exames. Isto é a prática.

E o que é que nos diz a lei de bases do sistema educativo no que respeita aos objectivos da prática dos professores e da organização das aprendizagens dos alunos? Os objectivos do sistema educativo apontam o desenvolvimento da personalidade, o desenvolvimento do espírito cien-

tífico, a criatividade, a capacidade de cidadania e de resolução de problemas.

Ora, temos que reconhecer com humildade que há um desfasamento enorme entre aquilo que o sistema educativo propõe como objectivos do processo educativo e esta realidade quotidiana. O sistema tem vindo a mostrar agora em que ponto está. O predomínio da avaliação quantitativa levou a esta situação de nos encontrarmos todos diante de um drama. Alguma coisa está mal e esse mal não se pode resolver com mais exames.

Ainda ontem saía no "Público" um conjunto de resultados de uma sondagem que referia, por exemplo, que muitas das pessoas sondadas exigia mais exames. Eu creio que o exame como tal não é remédio que cure a "doença" do sistema. Como o Prof. Pinto Machado há pouco referia, uma das disfunções do sistema está na confusão entre os meios e os fins. O exame não é um fim, o exame é um meio indispensável à remodelação da aprendizagem. O que importa é uma avaliação formativa e esta que nós estamos a ter é uma avaliação classificativa.

Esta prática da avaliação classificativa tem subjacente a teoria biológica da selecção natural: os mais "fortes" adaptam-se e sobrevivem, enquanto que os mais "fracos" serão eliminados e "reprovados". Ora bem, quando uma escola adopta como teoria subjacente à sua prática uma teoria biológica está a alienar a sua essência cultural, na medida em que a cultura exige que todas as pessoas tenham o direito de encontrar na escola as condições para se desenvolverem, porque todas têm potencialidades de desenvolvimento.

Toco aqui uma questão referida pelo Gustavo - com efeito, julgo que a prática do ensino regular não está a aproveitar as potencialidades de valor que todos têm, e daí a necessidade dos currículos alternativos. É uma pena! Faz falta identificar e consciencializar as "más teorias" implícitas subjacentes nas nossas práticas.

Termino dizendo que concordo cada vez mais como aforismo de um psicólogo que dizia *não haver melhor prática do que uma boa teoria*. Faz-nos falta uma teoria, que fundamente uma sistemática renovação da prática.

Desculpem-me a intervenção já longa, mas foi a que me suscitou o conjunto das questões que aqui foram colocadas, pela visão psicanalítica que a Dra. Cristina Fabião nos deu - é preciso realmente reflectir sobre o espaço físico, mas é também preciso reflectir sobre o espaço mental -, continuando com a perspectiva da autarquia que sente perfeitamente a necessidade de não apenas cuidar dos espaços físicos das escolas, mas também de reflectir sobre a educação, prosseguindo com a perspectiva do Gustavo, que disse que há aqui qualquer coisa que não está bem, que os currículos alternativos, quer no apoio educativo aos alunos, e acabando no Prof. Pinto Machado, que disse haver realmente um mal-estar muito grande, porque confundir os meios com os fins leva a uma situação de alienação.

Fui interpelado e não pude deixar de dizer o que vos disse. Agora gostaria que também se pronunciassem e nos ajudassem a iniciar uma reflexão que julgo indispensável. Estamos 72 pessoas na sala, creio que há massa crítica suficiente...

Dra. Ana Penim

Represento a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal no Conselho Nacional de Educação e sou directora de uma escola profissional.

Queria deixar aqui a nota de optimismo da experiência das escolas profissionais, hoje ainda aqui não referidas, que eu penso que têm funcionado como verdadeiros currículos alternativos em tudo o que isso tem de bom. Os alunos escolhem-nas porque sentem motivação para aquela área. As escolas desenvolvem projectos educativos, com projectos inter-

disciplinares, e actividades das mais diversas, em estreita ligação ao mundo do trabalho e às autarquias, que, aliás, são promotoras deste tipo de escolas.

Em tudo o que a nossa experiência puder ser útil ao resto do sistema educativo, pela nossa parte estamos sempre ao dispor.

Muito obrigada.

Eng. Judite Lopes

Julgo que já não é oportuno apresentar-vos de forma muito sumária qual é o objectivo do plano de recuperação do Casal Ventoso, mas como todos os aqui presentes devem imaginar, é de facto um terreno terrivelmente difícil. Costumo utilizar a expressão: "Estamos na Bósnia".

Mas não me queria ir embora sem deixar um desafio ao Conselho Nacional de Educação. Este ano estamos a tentar implementar um plano integrado de compensação sócio-educativa, plano ambicioso e que em termos práticos toca toda a comunidade em todos os sectores da vida daquele bairro, das zonas que lhe estão adjacentes, de todo o parque educacional, de toda a saúde, de todos os modelos de economia lá presentes.

O projecto tem a ambição de se desenvolver num triano, em que durante o ano lectivo de 1996/97 tentamos apenas socorrer naquilo que são medidas de urgência. Gostaríamos muito de que, através deste Conselho Nacional de Educação, fosse possível estabelecer uma ponte com as instituições que trabalham nesta área, como a educação, a saúde, etc. Temos de facto dificuldades não no relacionamento, mas na implementação de algumas componentes do modelo.

E deixava este desafio.

Prof. Doutor Manuel Viegas Abreu

Sendo dois testemunhos, que agradeço, e não propriamente qualquer pergunta feita directamente a nenhum dos intervenientes, iria dar por encerrado este painel e passar a palavra à Prof^ª. Teresa Ambrósio para a Sessão de Encerramento.